

ALGUNS APONTAMENTOS SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES NA AGRICULTURA GAÚCHA

*Paulo Roberto Nunes da Silva**

1 - Introdução

Este texto tem por objetivo apresentar uma discussão a respeito das transformações ocorridas na agricultura gaúcha, durante a década de 70, visando à construção de uma problemática para a elaboração de um projeto mais amplo de estudo do processo de absorção de tecnologia no campo. O seu conteúdo expressa algumas idéias preliminares sobre a busca de uma abordagem dessas transformações, com ênfase nos aspectos mais diretamente vinculados ao processo de trabalho e aos sistemas de produção adotados.

A intenção da busca dessa abordagem fundamenta-se na idéia de que é necessário resgatar o papel desempenhado nessas transformações pelos fatores endógenos aos estabelecimentos agrícolas. Sob essa ótica, fatores como a política agrícola e a conjuntura favorável do mercado externo, por exemplo, são essenciais, mas não suficientes, para explicar as transformações ocorridas.

2 - Os apontamentos

Na história do desenvolvimento econômico do setor agrícola gaúcho, podem ser destacados pelo menos três períodos importantes de transformações do processo de trabalho na agricultura.

O primeiro período situa-se entre 1900 e 1920, quando ocorreu a expansão rápida e significativa da lavoura irrigada e mecanizada de arroz. Essa expansão esteve associada aos seguintes fatores: a existência de recursos financeiros alocados a partir do comércio, da indústria e da pecuária de corte; a adoção de uma política tarifária de penalização das importações de arroz por parte do Governo Federal da época; a expansão do mercado consumidor e intermediador de arroz no Rio de Janeiro; a existência de uma infra-estrutura de transporte que permitiu o deslocamento da produ-

* Economista da FEE.

ção para o centro do País; e o aumento das vendas externas no período da Primeira Guerra Mundial, em função da escassez de alimentos na Europa (Beskow, 1986).

O segundo período ocorre entre 1944 e 1956, com a expansão da lavoura de trigo incentivada por "(...) uma hábil política governamental, iniciada por Getúlio Vargas, quando ainda governador do Rio Grande do Sul e seguida depois por diversos governos federais (...)". Essa política

"(...) deu margem ao surgimento da mais moderna lavoura do País. As estações experimentais, produzindo novas variedades adequadas às nossas condições ecológicas, o Banco do Brasil proporcionando financiamento às lavouras, órgãos governamentais facilitando a importação de máquinas em condições vantajosas, a fixação de preços mínimos garantindo a estabilidade da lavoura, foram as bases para o desenvolvimento de nossa triticultura" (Schilling, 1961).

Nenhum dos dois períodos, entretanto, logrou determinar transformações de alcance sócio-econômico tão amplo quanto o que se iniciou ao final da década de 60. Nesse período, houve, relativamente aos períodos anteriores, uma maior abrangência da modernização na base técnica do processo de trabalho agrícola, atingindo um maior número de produtos. Não só a lavoura de soja se modernizou, como também outras atividades agrícolas. Foram mecanizadas as operações de preparação do solo numa parcela significativa dos estabelecimentos agrícolas, independentemente do tamanho da exploração. Houve também uma maior abrangência da industrialização da produção agrícola, além de uma rápida urbanização dos hábitos dos produtores.¹

Entretanto, apesar da maior abrangência das transformações relativamente aos períodos anteriores, esse processo de modernização não atingiu, de forma homogênea, o setor agrícola gaúcho. Ele se caracterizou pela difusão restringida e seletiva dessa modernização, deixando à margem um contingente de agricultores que veio engrossar os movimentos migratórios e de luta pela terra. Enfim, pela riqueza de acontecimentos, este último período apresenta-se como um excelente objeto de investigação, particularmente no que diz respeito às transformações no processo de trabalho agrícola.

As transformações ocorridas durante a década de 70, na agricultura gaúcha, foram fruto de uma série de condicionantes que vinham sendo gestados historicamente e que podem ser divididos em fatores de ordem conjuntural e de ordem estrutural. Os fatores de ordem conjuntural compreendem os acontecimentos que formaram a conjuntura sócio-econômica que desembocou no "milagre brasileiro" do período 1968-73; os fatores de ordem estrutural dizem respeito à disponibilidade de recursos e à configuração interna dos estabelecimentos.

Os fatores de ordem conjuntural podem ser, para os objetivos deste texto, sucintamente retomados a partir dos anos 50, mais precisamente durante o Governo de Juscelino Kubitschek (1955-60), quando começaram, a nível nacional, a ser assentadas

¹ Sobre uma interpretação das transformações ocorridas na agricultura gaúcha ver: OLIVEIRA (1985).

as bases para a implantação do setor de bens de consumo durável, que viria a se tornar o setor dinâmico desse processo de desenvolvimento.

Tendo atravessado uma crise econômico-política no período 1961-68, a economia brasileira chegou ao final da década de 60 com todas as condições para permitir a vigorosa recuperação denominada "milagre brasileiro", ocorrida em 1968-73.

Essa retomada do ritmo de expansão deu-se sobre a existência de um parque industrial já instalado, o qual apresentava um dos mais altos índices de ociosidade desde os anos 50. Isso permitiu que o novo surto de crescimento acontecesse sem que precisassem ser realizados, no primeiro momento, novos e vultosos investimentos em meios de produção, o que propiciou uma diluição dos custos fixos e uma recuperação quase imediata das taxas de lucro (Mantega, 1979).

Esse surto assentou suas bases num tripé representado por uma conjugação de interesses entre os capitais nacionais, os estrangeiros e o Estado. A participação do Estado constitui-se em importante elemento para o entendimento da política econômica desenvolvida para o setor agrícola durante o período em questão. O estímulo às exportações agrícolas, cuja expansão estava indicada por uma conjuntura de mercado internacional caracterizada pela repentina ampliação da demanda por proteína vegetal, foi uma das saídas apontadas pela política econômica e que garantiu o suprimento de divisas para a importação de componentes e de bens de capital necessários à expansão da atividade industrial.

O carro-chefe da política econômica implementada para incentivar a elevação da produção agrícola foi o crédito subsidiado, fornecido através do Sistema Nacional de Crédito Rural, que havia sido criado em 1965. Além do crédito, destacam-se a expansão da infra-estrutura para escoar e armazenar a produção e a agilização e a ampliação dos serviços públicos vinculados ao setor agrícola.

Esses fatores contribuíram para o surto de crescimento rápido da lavoura de soja no RS, que teve início por volta de 1968 e apogeu em 1973. A participação do Valor Bruto da Produção da lavoura de soja sobre o total das principais culturas da lavoura do RS passou de 6,8% em 1968 para 42,47% em 1973. A área colhida aumentou de 557 mil hectares para 2.218 mil hectares. Esse crescimento continuou até 1980, quando foi alcançado o recorde histórico de área colhida na lavoura de soja, com 4.032 mil hectares (FEE, 1986). A título de avaliação da repercussão econômica desse crescimento, verificou-se que a taxa média anual de crescimento do PILcf do setor agrícola gaúcho, durante o período 1968-73, alcançou 8,8% (FEE, 1976). Para uma avaliação comparativa, o mesmo indicador havia apresentado uma taxa média anual de crescimento igual a 4,7% durante o período 1950-73 e de 5,8% durante o período 1947-56, quando ocorreram a expansão e a modernização da lavoura tritícola mencionadas anteriormente.

No bojo desse crescimento, houve a maior vinculação da agropecuária gaúcha aos setores industrial, financeiro e comercial; expandiu-se o mercado agrícola para a indústria de máquinas e de insumos agrícolas; além de ter ocorrido a retomada da expansão do cooperativismo, que havia sido estancada com a crise da lavoura tritícola ao final da década de 50. Essa expansão, ao contribuir para a ampliação da renda agrícola, extrapolou o próprio âmbito das indústrias a montante e à jusante da agricul-

tura, para criar um processo crescente de urbanização das necessidades de um segmento significativo de produtores agrícolas.

A intensificação do processo de mecanização da lavoura, nesse período, foi expressiva e abrangente. Pelo menos em duas operações, na lavração e na gradagem, o seu uso generalizou-se.² Em primeiro lugar, isso foi possível graças à expansão da frota de tratores adquiridos com financiamento a juro subsidiado e à revenda de máquinas e equipamentos usados que foi feita entre agricultores. Em segundo lugar, pela difusão do aluguel de máquinas, que se tornou prática muito comum. Neste último caso, viabilizou-se a redução dos custos fixos para os proprietários de tratores e abriu-se a possibilidade de desfrutar do progresso técnico aos que os alugavam, independentemente da sua escala de produção e da disponibilidade de recursos para investimento.

Os fatores de ordem estrutural considerados fundamentais para a implantação do processo de transformações que ora se analisa são dois. De um lado, a existência de extensa área com clima e solos preferenciais para a cultura da soja que se encontrava ociosa durante a parte do ano agrícola correspondente ao período estival. De outro lado, uma infra-estrutura de meios de produção empregados na lavoura de trigo até então subutilizada durante o período hibernar. Essa infra-estrutura reunia todas as condições para ter seus índices de subutilização reduzidos com a exploração de uma lavoura em sucessão com o trigo. Na medida em que foram ativados os fatores conjunturais antes mencionados, estavam dadas as condições para a ocupação dessa capacidade ociosa dos meios de produção.

Para o entendimento do papel desses fatores estruturais, é preciso que se retomem dois pontos importantes. Em primeiro lugar, deve-se abordar o processo de ocupação do solo gaúcho. O fato de essa ocupação ter iniciado pela zona de fronteira — onde predominam os campos — e ter continuado, basicamente, nas zonas de serra e planalto acabou por determinar uma distribuição da propriedade da terra que apresenta regiões concentradoras de pequenos, médios e grandes estabelecimentos, cujos espaços geográficos aparecem quase perfeitamente delimitados. Isso é fundamental para o entendimento do processo de transformações, uma vez que determina uma tendência à não-coexistência de minifúndios e latifúndios nas mesmas áreas geográficas. Essa tendência é parte importante da explicação do processo de transformações entre os pequenos agricultores.

Essa forma de ocupação do solo gaúcho e a distribuição da propriedade que dela se originou também determinaram a adoção de diferentes sistemas de produção, adequados à dimensão e à potencialidade dos solos disponíveis nos estabelecimentos agrícolas. Assim, é possível observar, dependendo da região: a exploração da pecuária de corte extensiva, muitas vezes associada a uma lavoura, nas regiões onde predominam os grandes estabelecimentos; a exploração de lavouras mecanizadas em sucessão (soja e trigo), às vezes integradas com pecuária de corte, nas regiões onde prevalecem os

² Entende-se por generalização a introdução, no decorrer da década de 70, das operações de lavração e gradagem mecanizadas na quase totalidade das lavouras realizadas sobre solos passíveis de mecanização, independentemente do tamanho do estabelecimento.

médios estabelecimentos com disponibilidade de solos mecanizáveis; e a exploração de culturas intensivas em mão-de-obra ou lavouras em consorciação, juntamente com a exploração da suinocultura, da avicultura ou da bovinocultura de leite, nas regiões onde predominam os pequenos estabelecimentos agrícolas.

Formula-se, então, a hipótese de que a organização de sistemas de produção diferenciados já estava determinada pelo tipo de formação econômica ocorrido no Estado, tendo ficado mais definido a partir do último período de transformações caracterizado anteriormente.

Em segundo lugar, é preciso abordar alguns aspectos da distribuição dos solos de acordo com sua potencialidade de uso. Uma parcela significativa dos solos das regiões concentradoras de pequenos estabelecimentos, apesar de serem acidentados e não mecanizáveis, não teve na fertilidade a sua principal restrição de uso — caso dos solos incluídos na classificação de capacidade de uso "IVpt"³. Os estabelecimentos com essas condições de solo ampliaram verticalmente a sua fronteira interna, desenvolvendo, sob o regime de consorciação, as lavouras de soja, milho e feijão, juntamente com a exploração de criações de pequeno e médio portes, ou seja, intensificando o uso da terra. Esse sistema de consorciação de culturas acompanha a evolução histórica dos pequenos estabelecimentos agrícolas no RS em virtude dessas condições de solo, e, o que é importante, aparentemente, ele não foi alterado nas suas características fundamentais, durante o último processo de transformações.

Com isso, formula-se uma hipótese contrária à tese dos que generalizam a ocorrência de um sistema de monocultura que teria atingido inclusive os pequenos estabelecimentos. Naqueles pequenos estabelecimentos onde ocorrem restrições ao uso do solo, essa condição teria determinado a continuidade, ou até mesmo a ampliação, de um sistema de produção com a exploração de até três culturas diferentes na mesma área e durante o mesmo período do ano agrícola. Assim, a expansão da lavoura de soja

³ os solos classificados como IVpt são solos que não se prestam ao cultivo continuado, seguro e intensivo com culturas anuais, mas podem admitir a realização de cultivos anuais por curtos períodos ou, eventualmente, com culturas especialmente adaptadas, desde que com extremos cuidados para neutralizar as limitações que apresentam, principalmente quando relacionadas com o controle à erosão, ao manejo da água ou à topografia. As suas alternativas de uso são variáveis com a natureza do fator restritivo. São terras especialmente indicadas para a exploração permanente, através de pastagens e de certas culturas frutíferas perenes. Os solos IVpt podem ser subdivididos em solos IVp e IVt. "IVp — Constitui esta unidade, as terras de topografia plana a fortemente ondulada, abrangendo solos de profundidade variável, e cujo principal fator restritivo de uso, relaciona-se com a presença de pedras na porção superficial do solo, quer soltas quer na forma de afloramentos de rochas. A intensidade da limitação no primeiro caso varia com o tamanho das pedras e com a proporção de solo coberto e, no segundo, com as áreas abrangidas pelos afloramentos e pela distância entre eles."

IVt - As terras que compõem esta unidade são representadas por solos profundos e que podem mesmo apresentar boas condições no que se relaciona à fertilidade, permeabilidade, drenagem, textura, mas que tem na topografia o principal fator restritivo de uso. Esta consiste em declives sempre acentuados, tanto contínuos como descontínuos e de extensão variável." (Ministério da Agricultura e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — NCRA, 1973).

solteira teria sido um fenômeno observado apenas nos médios e grandes estabelecimentos cujas condições de dimensão e solo permitiam. Nas regiões de pequenos estabelecimentos com restrições ao uso do solo, os produtos de consumo interno teriam continuado a ser cultivados sem sofrer reduções de área cultivada, ou, até mesmo, a teriam ampliado e incorporado inovações tecnológicas.

Nesse sentido, as transformações ocorridas não foram exclusividade da lavoura de soja, nem dos médios e grandes estabelecimentos. Elas repercutiram em diversas atividades, e são essas repercussões que diferenciam o processo de transformações do período em estudo dos dois outros anteriormente considerados.

Dessa forma, a capacidade de absorção de progresso técnico e de participação dos agricultores no processo de transformações já estava dada pela potencialidade de produção endógena aos estabelecimentos agrícolas e foi apenas incrementada pelos fatores exógenos. O ritmo de expansão e o nível de acumulação do setor agrícola estiveram, então, sob o ponto de vista privado, delimitados, de um lado, pela dimensão e pela potencialidade dos fatores endógenos aqui anteriormente abordados e, de outro, pela possibilidade de os produtores multiplicarem a capacidade produtiva da fronteira interna de seus estabelecimentos, desde que conseguissem acesso aos fatores exógenos.

Deve ficar bem claro que não se quer dizer que os agricultores, em sua totalidade, se beneficiaram do processo de crescimento da década de 70. Aqueles que não possuíam as condições objetivas e não lograram ter acesso aos instrumentos de política agrícola implementados pelo Estado naquela conjuntura ficaram à margem do processo.

Isso aconteceu na medida em que a nova situação que se implantou trouxe consigo a necessidade de que os produtores apresentassem maior capacitação para enfrentar as exigências do novo patamar de desenvolvimento. As condições objetivas, sócio-culturais e agroeconômicas, inerentes a cada produtor e à sua unidade de produção, diferenciadas regionalmente, geraram formas também diferenciadas de enfrentamento dessa nova situação.

Com base nessa abordagem, observa-se a existência de um processo de diferenciação entre os agricultores gaúchos. Essa diferenciação assenta-se no fato de que esse processo de crescimento, ao mesmo tempo em que gerou um contingente de produtores que abandonou o seu local de origem para dirigir-se à cidade ou à outra região em condições não raramente desvantajosas, gerou um outro contingente de agricultores que, tirando partido da situação, melhorou suas condições econômicas. Portanto, durante as transformações que ocorreram no processo de trabalho agrícola a partir do final da década de 60, foi intensificada uma forma restringida e seletiva de difusão do progresso técnico, que, por sua vez, intensificou a assimilação diferenciada desse progresso e a heterogeneidade tecnológica.

A diferenciação deve ser observada pelas alterações das diferentes formas de organização do trabalho, dos diferentes níveis de capacidade produtiva, dos diferentes ritmos de acumulação e, em decorrência, dos diferentes ritmos de desenvolvimento ou de transformações na base econômica do meio rural.

Concluindo, ressalta-se que a ocorrência de uma série de fatores conjunturais contribuiu para as transformações na base técnica do processo de trabalho. Contudo, e este é o ponto de vista que se quer defender neste texto, essa influência só pôde ser exercida porque alguns fatores estruturais formavam uma base concreta receptiva à

ação dos fatores conjunturais, criando condições para a formação de um novo patamar tecnológico, que acabou por determinar alterações mais profundas ao nível da sociedade como um todo.

Bibliografia

- BESCOW, Paulo Roberto (1986). **O arrendamento capitalista na agricultura: evolução e situação da economia do arroz no Rio Grande do Sul**. São Paulo, Hucitec; Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1986). **Duas décadas da produção e do produto da agropecuária RS, 1964-84**. Porto Alegre, t.3, v.1. (Anexo estatístico). (Série SIAGRO-RS).
- ___ (1976). **Uma visão global da economia do Estado**. Porto Alegre. (25 anos de economia gaúcha, 1).
- MANTEGA, Guido (1979). **Acumulação de capital, crise e capital estrangeiro**. In: ___ . **Acumulação monopolista e crises no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA (1973). **Levantamento e avaliação de recursos naturais, sócio-econômicos e institucionais do Rio Grande do Sul**. Brasília, v.1.
- SCHILLING, Paulo R. (1961). **Crise econômica no Rio Grande do Sul**. I- A crise agropecuária. Porto Alegre, Difusão da Cultura Técnica.
- OLIVEIRA, Péricles F. L. (1985). **Desenvolvimento agrícola, força de trabalho e emigração rural no Rio Grande do Sul**. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, FEE, 6(1):145-54.